

E — OU — MAS

Três Conjunções Básicas no Processo da Coordenação

Camillo Ferronato

Universidade Federal do Paraná

Vera Lúcia de Araujo Santos Ferronato

Prefeitura Municipal de Curitiba

RESUMO

O presente trabalho aborda três conjunções com índice de frequência muito alto na Língua Portuguesa. E — OU — MAS são respectivamente as representantes das coordenativas aditivas, alternativas e adversativas, ocupantes de posições fixas. Aborda-se detalhadamente cada conjunção em particular, dentro de critérios classificatórios do estruturalismo, mas mantendo, ao mesmo tempo, uma visão sincrônica da gramática tradicional. Procura-se dar realce a classificações segundo critérios morfológicos e sintáticos mais do que a critérios semânticos.

I — Introdução:

A gramática tradicional, ao estudar a distribuição das palavras em classes, adota um critério predominantemente semântico, mentalista, em prejuízo da morfologia e da sintaxe. Algumas — ou muitas — colocações por ela feitas padecem mesmo de fundamentação, ficando cada vez mais esmaecidas, no aguardo de um esquecimento total, diante dos grandes progressos experimentados pela lingüística moderna.

Pelo exposto, pode-se inferir que três são os aspectos que orientam a classificação das palavras: o morfológico, o sintático e o semântico.

Ao dizer **morfológico**, tomamos como referência básica a **FORMA** da palavra. A forma, por sua vez, se alicerça no fonema ou nos fonemas significativos que a constituem. Assim, pode-se dizer que o E é uma palavra formada por um único fonema.

O objeto da sintaxe é o estudo da frase. Esta representa a “combinação ou relação de palavras que dá expressão a um pensamento”.¹ Portanto, a sintaxe diz respeito à função que uma palavra exerce num contexto, num grupo. Ex.: E, sintaticamente, conecta palavras ou orações, embora a literatura lhe tenha dado outras funções que apresentaremos no decorrer deste trabalho.

O terceiro aspecto, o semântico, prende-se ao sentido das palavras. Neste caso, o E indica, em geral, soma. Dissemos **em geral**, pois que faremos adiante a colocação de outros valores dessa palavra mínima na forma, mas de uma presença constante.

Para Saussure, “as formas e as funções são solidárias e, para não dizer impossível, seria difícil separá-las”.² O mesmo se diga do sentido com relação à forma e à função: “na língua não se pode isolar o som da idéia, nem a idéia do som”.³

Conforme José Rebouças Macambira, “a classificação das palavras deve basear-se primariamente na forma, isto é, nas oposições formais ou mórficas que a palavra pode assumir para exprimir certas categorias gramaticais (...) ou para a criação de novas formas”.⁴

Se, porventura, a morfologia não nos socorrer na classificação das palavras, é a sintaxe que deve servir de parâmetro, muito embora esta não seja tão segura quanto aquela.

Modernamente, o critério semântico está sendo cada vez mais abandonado, ou mesmo, completamente abandonado por alguns lingüistas, pois que seu emprego tem por base referências filosóficas. “As noções semânticas são realmente

1 PEREIRA, Eduardo Carlos. Gramática expositiva. 60 ed. São Paulo. Nacional, 1943. p. 205.

2 Citado por MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português. Fortaleza. Impr. Universidade Federal do Ceará. 1970. p. 11.

3 MACAMBIRA. p. 11.

4 MACAMBIRA. p. 11.

sem qualquer importância para o problema de como descrever a estrutura formal".⁵

Vendryes afirma: "Em qualquer língua que se considere, as categorias gramaticais não se definem senão pela forma que as exprime". E Bloch and Trager: "(...) todas as classificações devem basear-se exclusivamente na forma, nas diferenças e semelhanças que apresenta a estrutura fonológica das bases e afixos ou na ocorrência das palavras em tipos especiais de frases e orações".⁶

II — As conjunções:

Não obstante o que acabamos de explanar, no livro já citado, Macambira diz que "as conjunções e outras classes invariáveis são classes sintáticas, ocorrem nos mesmos ou em ambientes semelhantes, e devem portanto ser definidas com base na sintaxe, ainda que o emprego das palavras seja muito variado e se torne às vezes difícil determinar em que se basear".⁷

Sendo a conjunção uma palavra invariável, não pode ser identificada pelo aspecto mórfico. Nem toda palavra invariável é conjunção. Seria fácil reconhecer uma coordenativa dizendo — se possível fosse — que é toda conjunção que não seja subordinativa. E como reconhecer uma subordinativa?... É aquela que introduz uma oração cujo verbo esteja ou possa estar no subjuntivo. Seria o critério verbo-mórfico. Mas tal asserção só auxilia, cremos, aqueles que estão mais acostumados a lidar com tal assunto. Para os menos experientes, ou seja, no ensino de 1.º e 2.º Graus principalmente, seria talvez complicar o processo de identificação das conjunções, em geral já confuso bastante.

Haveria ainda outro critério para diferenciar as coordenativas das subordinativas, já agora dentro do aspecto sintático: o da inversão. Com exceção das consecutivas e da comparativa *como*, as demais subordinativas permitem a inversão da ordem das orações na frase.

5 CHOMSKY, citado por MACAMBIRA, p. 14.

6 MACAMBIRA, p. 14.

7 MACAMBIRA, p. 82.

Exemplo:

“Os soldados levantaram-se porque César chegou”.

Tal frase pode ser invertida para:

“Porque César chegou, os soldados levantaram-se”.

Esse processo não ocorre com as coordenativas e por isso seria um recurso valioso. Contudo, ficamos sempre no princípio da negação: Identificamos A pela sua não ocorrência na posição de B.

Temos que admitir que as conjunções são vocábulos presos, isto é, que têm sua posição já definida dentro da língua, não cabendo ao falante opção nesse sentido. Seria inimaginável uma conjunção sozinha, por exemplo, constituindo uma frase, a não ser com reticências, num contexto. Portanto, o critério sintático serve de base para a definição das conjunções, como ficou dito acima.

O aspecto semântico não nos dá muita segurança. Segundo tal critério, conjunção é palavra conetiva. Tal procedimento nos levaria a confundir conjunção com advérbio, preposição, pronome etc. É importante esclarecer que a conjunção difere dos outros conetivos porque ela une dois termos que desempenham a mesma função sintática.

Conforme Macambira, “o critério semântico é inferior ao mórfico e ao sintático, porque não ensina a descobrir por meios lingüísticos a divisão das conjunções”.⁸

No subtítulo do presente trabalho colocamos as três conjunções E — OU — MAS como básicas no processo da coordenação. Pertencentes ao sistema fechado da língua, E — OU — MAS podem coordenar palavras, sintagmas e orações. Porque coordenativas, as idéias ou pensamentos por elas traduzidos estão num nível de relacionamento mais lasso do que o estabelecido pelas subordinativas. (Por coordenativa entendemos a conjunção que liga dois termos independentes e seus equivalentes: duas orações, dois predicativos, dois objetos etc.)

III — A conjunção E:

Esta conjunção encerra idéia de adição ou aproximação, como em:

⁸ MACAMBIRA. p. 83.

“Dois e dois são quatro”.

Entretanto, conforme o ambiente, ela toma colorações semânticas diversas. De acordo com o significado dos elementos da frase ligados entre si pela partícula E, esta pode transmitir idéias de distinção, de discriminação, oposição ou contraste, inclusão, simultaneidade, realce etc.

No exemplo:

“Conheci brasileiros e brasileiros”

está patente que o E se contagia do caráter de oposição expresso no contexto. Além, portanto, de seu valor intrínseco, ou seja, de adição, a idéia que nos vem à mente é de oposição.

A conjunção E também pode traduzir a idéia de contradição, contraste, oposição, quando equivalente a **mas** ou **porém**, a **e não obstante** ou a **mas, apesar disso**, como nos exemplos:

“Disse que não falaria de improviso e (= mas) falou”.

“O gladiador de Nero era um brutamontes e (= mas) acabou vencido pelo adversário”.

E pode exprimir fatos simultâneos, quando liga palavras que se excluem reciprocamente:

“Fazia-se passar por um homem simpático e ranzinza”.

No exemplo:

“Francisco e Domingas são irmãos”

o valor do E é de reciprocidade, o que equivale a dizer:

“Francisco e Domingas são irmãos entre si”.

O mesmo valor evidencia-se em:

“Amarildo e Tobias eram irmãos e adversários”.

Isto é: um era adversário do outro; eles eram reciprocamente adversários.

E pode ainda indicar inclusão, realce:

“Os doze de Inglaterra e (= inclusive, principalmente) o seu Magriço”.

Diz Othon M. Garcia que, “se denotasse apenas adição, seriam treze os doze de Inglaterra, pois Magriço era um deles, o que mais se realçava pela bravura e feitos”.⁹

Outro valor semântico que se pode encontrar em E é o de **em face de**, como no exemplo:

9 Comunicação em prosa moderna. 7.ed. Rio de Janeiro, FGV, 1978. p. 17.

“João Figueiredo e a redemocratização no Brasil”.

“O Ministro da Justiça e o terrorismo pós-revolucionário”.

Temos que admitir que o E é vocábulo preso, que ocupa uma posição estabelecida pelo uso corrente da Língua Portuguesa. No exemplo:

“Olho e escuto”

seria impossível admitir de um falante a forma:

“E olho, escuto”

a não ser como seqüência de um contexto maior, em que introduzisse uma frase fragmentária.

Mas, para qualquer falante de Língua Portuguesa, seria absolutamente inaceitável, agramatical, a frase:

“Espero, confio e”.

Desconhecemos língua que apresente o conetivo E em final de frase ou sintagma, com exceção da latina, que o faz para demonstrar elegância do código, para efeito estilístico. Exemplo:

“Terra marique”. (‘por terra e por mar’)

Este que não deixa de ser o *et*, enclítico, para efeito sonoro e rítmico.

Outro exemplo latino:

“Vidit amavitque eam”.

É o mesmo caso, ligando aqui orações, com o fim de embelezamento do estilo.

É interessante notar que o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no verbete E², registra E com o significado das conjunções *mas* e *porém*, como em:

“Quis falar, e teve de calar-se”.

Ou, então, equivalendo a e *no entanto*, e *contudo*, e *apesar disso*:

“O pior é que era coxa. Uns olhos lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa”. (MACHADO DE ASSIS. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 105.)

IV — A conjunção OU:

É a representante típica das alternativas. Ela relaciona idéias que se excluem ou se alternam.

Indica exclusão em:

“João ou Artur será o presidente”.

Sabendo-se, como fato social, que somente um pode ser o presidente, infere-se que este ou é excludente.

Indica fatos alternados em:

“Os assaltantes deviam entregar-se ou seriam mortos”.

OU pode também indicar retificação:

“O assaltante ou os assaltantes não deixaram nenhum vestígio”.

Napoleão Mendes de Almeida cita Carneiro Ribeiro a respeito do assunto:

Há entre E e OU a seguinte diferença: A primeira estabelece ao mesmo tempo a junção de idéias e a junção material de palavras; a conjunção OU, muito pelo contrário, não é um elemento conetivo, senão porque estabelece materialmente a junção de uma proposição com outra, bem que as separe logicamente. Materialmente desunem. A antinomia (= contradição), portanto, da expressão ‘conjunção disjuntiva’ não é real e lógica, senão aparente e material.¹⁰

OU pode aparecer uma vez apenas em cada frase, ou vir repetido. Em ambos os casos ele ocupa posição definida: no primeiro, sempre entre os dois elementos colocados em alternativa, como em “João ou Artur será o presidente”. Esses elementos podem vir próximos um do outro, como no exemplo citado, ou em posição distanciada. Exemplo:

“Quando a vi cair, socorri-a, ou tentei socorrê-la?”.

Para a nossa conjunção OU, o Latim tem três formas: VEL, AUT, -VE, com posição definida na frase, mas nuances de sentido. VEL indica reforço de superlativo e pode vir repetido:

“Cicero magnus vel maximus inter Romanos orator fuit”.

Aqui VEL significa ou mesmo, até mesmo.

10 ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa. 28.ed. São Paulo. Scraiva. 1956. p. 290.

AUT também pode vir repetido: "Aut nolebas aut non audebas". Em Latim, AUT serve para distinguir dois objetos ou duas idéias das quais uma deve excluir a outra.

Ravizza denomina AUT e VEL de copulativas disjuntivas. E faz uma distinção interessante:

"AUT é disjuntiva mais forte, e usa-se especialmente quando dois conceitos se excluem reciprocamente: 'Vita aut mors'. VEL é imperativo arcaico de volo e propriamente significa **queres . . . queres**. -VE separa palavras e não proposições: 'plus minusve' ('mais ou menos'); 'bis terve' ('duas ou três vezes')".¹¹

V — A conjunção MAS:

Como E e OU são representantes típicas de suas respectivas classes, MAS é representante das conjunções adversativas.

MAS marca oposição, indicando às vezes restrição ou ressalva. A lógica preocupa-se com E e OU, mas não considera o MAS. Se dissermos:

"A mas B"

de algum modo B é contrário a A; ou contrário a uma implicação de A. Ou B não é esperado em conexão com A. Exemplo:

"Ele é Brasileiro mas não gosta de futebol".

A

B

B opõe-se a uma implicação de A. Não se espera de um brasileiro que não goste de futebol.

Pode-se dizer que MAS é binário: só aparece coordenando dois elementos, o que faz parte de seu valor intrínseco.

Não podemos afirmar, entretanto, que não ser A implica necessariamente B. No exemplo:

"Ela não é grande mas pequena",

o segundo elemento poderia ser média.

Em orações ou sintagmas negativos, após MAS pode ocorrer SIM:

"Ela não é grande mas sim média".

11 RAVIZZA, J. Gramática latina. 9.ed. Niterói. Escolas Profissionais Salesianas, 1940. p. 159. 180.

Portanto, MAS pode equivaler a MAS, simplesmente, ou a MAS SIM.

Etimologicamente advérbio — “magis” — hoje em dia praticamente desapareceu essa noção em nossa palavra MAS. Aliás, a forma popular mais comum é /mais/ ou mais/, como alomorfes de MAS, conjunção. Neste caso temos um ótimo exemplo de convergência lingüística. MAIS= advérbio e MAIS= conjunção. Diacronicamente falando, tal fato é curioso, porque, de uma única forma — “magis” — temos duas: MAIS= advérbio e MAS= conjunção. Posteriormente, em alguns ambientes, o falante passou a usar MAIS por MAS, sobretudo na comunicação oral.

Dissemos que tal fato é curioso, porque o que ocorre é uma confusão entre as duas formas. Diacronicamente, há uma explicação da primeira situação:

> mais > mas
magis
> mais.

Explica-se a queda do -i- pelo fato de ser semivogal; logo, fraco. É uma tendência de simplificação da língua. Mas, e o retorno do -i- em mais, conjunção, explica-se? ... Somente como reconstituição da forma arcaica, supomos.

VI — Conclusão:

Ao estabelecer a estrutura das conjunções em Português, Macambira diz que são apenas quatro as conjunções estritamente essenciais: E, OU, MAS, PORÉM.

Contudo, Maximino Maciel, “levando em conta o valor adverbial de muitas palavras que em geral são apontadas como conjunção, reduziu o grupo a: E, OU, MAS.”¹²

Parece-nos pacífico atestar a grande valia das três conjunções estudadas aqui. No seu correto emprego, identificamos clareza e concisão da linguagem, no processo da coordenação. Achamos dispensável descer aqui a detalhes sobre

¹² MACAMBIRA, p. 108.

a realização da coordenação como tal. Outros já o fizeram ou poderão fazê-lo.

O essencial é que se diga que essas três conjunções são realmente muito "versáteis" na Língua Portuguesa, variando seu emprego e valor semântico de acordo com o gosto e cultura do falante. Tal fato oferece maior ensejo à liberdade de criação literária. E a língua transcende suas próprias limitações para acompanhar os vãos da imaginação humana.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 28.ed. São Paulo, Saraiva, 1956. 708 p.
- 2 CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 8.ed. São Paulo, Nacional, 1977. 395 p.
- 3 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d. 1500 p.
- 4 GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 7.ed. Rio de Janeiro, FGV, 1978. 522 p.
- 5 MACAMBIRA, José Reboças. *A estrutura morfo-sintática do português*. Fortaleza, Impr. Universidade Federal do Ceará, 1970. 436 p.
- 6 PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. 60.ed. São Paulo, Nacional, 1943. 424 p.
- 7 RAVIZZA, João. *Gramática latina*. 9.ed. Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1940. 562 p.